**GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE
COMISSÃO ESTADUAL DE CONTROLE AMBIENTAL**

DELIBERAÇÃO CECA Nº 6.757 DE 25 DE FEVEREIRO DE 2025

**RECONHECE A APLICABILIDADE DA LEI ESTADUAL Nº 6.574/2013 E
DETERMINA A APRESENTAÇÃO DE PCA E PRAD.**

O PRESIDENTE DA COMISSÃO ESTADUAL DE CONTROLE AMBIENTAL – CECA, DA SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, em reunião de 25/02/2025, e no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Estadual nº 1.356, de 03/10/1988, pelo Decreto Estadual nº 21.287, de 23/01/1995, pela Lei Estadual nº 5.101, de 04/10/2007, pelo Decreto Estadual nº 48.690, de 14/09/2023, e pelo Decreto Estadual nº 46.890, de 23/12/2019,

CONSIDERANDO:

- o que consta do Processo nº SEI-070002/017169/2024, referente ao requerimento de licenciamento ambiental da empresa **PORPEDRAS PORCIUNCULA LTDA.** para a atividade de extração de gnaisse/granito, frente de lavra de 4,77 hectares, inserida em uma poligonal de 858,04 hectares, Processo ANM nº 890.911/2011, nas Coordenadas UTM Google Earth SIRGAS 2000 23K 806909.73E / 7676088.93N, localizada na Estrada Porciúncula, Fazenda Malacacheta s/n, Zona Rural, Município de Porciúncula,
- a Lei Estadual nº 6.574, de 01/11/2013, que dispõe sobre os critérios gerais para licenciamento ambiental de extração de rochas ornamentais e pedras de revestimento,
- o Parecer Técnico Preliminar de Apoio à Análise de Instrumentos de Controle Ambiental nº INEA/INEA/SERVLBAPPT/72/2025, da SERVLBAPPT/INEA,

DELIBERA:

Art. 1º – Reconhecer a aplicabilidade da Lei Estadual nº 6.574/2013 para a empresa **PORPEDRAS PORCIUNCULA LTDA.** para a atividade de extração de gnaisse/granito, frente de lavra de 4,77 hectares, inserida em uma poligonal de 858,04 hectares, Processo ANM nº 890.911/2011, nas Coordenadas UTM Google Earth SIRGAS 2000 23K 806909.73E/ 7676088.93N, localizada na Estrada Porciúncula, Fazenda Malacacheta s/n, Zona Rural, Município de Porciúncula, determinando à mesma a apresentação de Plano de Controle Ambiental – PCA e Projeto de Recuperação da Área Degradada – PRAD.

Art. 2º – Encaminhar o processo ao INEA para o prosseguimento do licenciamento ambiental.

Art. 3º– Esta Deliberação entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 25 de fevereiro de 2025

MAURÍCIO COUTO CESAR JUNIOR
Presidente